

Uma reflexão inicial acerca dos projetos políticos nas eleições presidenciais brasileiras de 2002

SUELLEN NETO PIRES MACIEL*

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma proposta de reflexão acerca dos aspectos gerais contidos nos programas de governo apresentados nas campanhas políticas que chegaram ao segundo turno para as eleições presidenciais brasileiras em 2002. Nesse sentido, o núcleo estruturante do trabalho será a análise dos indícios dos conteúdos dos programas de governo dos candidatos José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), com suas diferentes proposições políticas, econômicas e sociais para o país. Uma das motivações para refletir acerca de um assunto do tempo presente encontra-se na possibilidade do resultado do trabalho ser diretamente questionado por quem é investigado, numa perspectiva de diálogo entre sujeitos históricos ainda integrados à comunidade humana.

História política e história e tempo presente encontram-se, pois, diretamente relacionados nessa reflexão. As novas possibilidades trazidas pelas proposições de René Rémond acerca da nova história política possibilitam ao historiador a utilização de novas fontes, novos métodos e novas abordagens. Nesse sentido, há a fuga de uma abordagem totalizante e factual. A interdisciplinaridade mostra-se como condição *sine qua non* para a realização da nova história política. A prática do isolamento não é mais possível tendo em vista que o objeto do historiador encontra-se permeado por intersecções das mais variadas ciências, em um espaço de pluridisciplinaridade. Neste ponto, recortar o tempo presente como marco temporal para o trabalho com a história política é, pois, bastante instigador uma vez que há a possibilidade de diálogo com diversas outras áreas do conhecimento.

* Mestranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social pela Universidade de Brasília – UnB. Bacharel e licenciada em História pela Universidade de Brasília. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Nesses termos, o diálogo com outras áreas, ou seja, a interdisciplinaridade, é fundamental tendo em vista que novos métodos, novos problemas e novos objetos passaram a ser considerados. O historiador sente-se confortável para um novo modo de fazer história, tendo em vista a ampliação da noção de fonte para qualquer indício deixado pelo homem, não estando estritamente vinculado a documentos oficiais ou escritos. Há também, a inclusão, como proposta metodológica, do diálogo com outras ciências. (LE GOFF; NORA: 1976)

Cabe destacar que o trabalho com a temporalidade presente foi, outrora, deixado de lado, pois havia receio de que a aproximação com o jornalismo retirasse a legitimidade do trabalho do historiador. Entretanto, a partir das proposições da Nova História acerca de novas abordagens, novas fontes e novos objetos, a história do tempo presente ganha destaque.

É possível, todavia, que haja questionamentos no sentido de que todo historiador realiza um trabalho do tempo presente. Contudo, esta comunicação observa que o questionamento a respeito de que toda história seria do tempo presente não possui espaço. De outro modo, entende-se que todo historiador realiza a sua produção a partir de uma perspectiva do tempo presente uma vez que volta seus olhos a partir de sua temporalidade para o que é investigado. Entretanto, história do tempo presente só é feita por aqueles que encontram no tempo presente objeto e recorte temporal.

Em se tratando de uma interpretação sobre evento inserido na história recente do Brasil cabe ressaltar a importância de analisar e de pesquisar a história do tempo presente. É necessário, contudo, ressaltar que o trato com algo tão próximo da realidade do historiador exija, de sua parte, atenção redobrada. (SANTOS, 2009) Evidencia-se na abordagem da história do tempo presente a situação de contemporaneidade entre o historiador e o seu objeto. Tal situação é observada como vantagem conforme aponta Marieta Ferreira:

Rompendo com a concepção que defendia a necessidade do distanciamento para a realização da análise histórica, Roger Chartier (1993) sustenta argumento contrário, ao afirmar que, na história do tempo presente o “pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade, de maneira a superar a descontinuidade fundamental, que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história”. (FERREIRA, 2000: 122)

Assim, é necessário compreender a importância das representações, visto que abarcam toda a ação humana que “é culturalmente informada para que possa fazer sentido num determinado contexto social. É a cultura compartilhada que determina a possibilidade de sociabilidade nos agrupamentos humanos e dá intelegibilidade aos comportamentos sociais” (CASTRO, 1997: 52). Logo, o historiador que se encontra inserido no contexto social em que estuda possui maiores possibilidades de compreender as ações humanas tendo em vista que compartilha com seus objetos, com suas fontes e com teóricos as mesmas categorias.

Neste aspecto, o estudo dos programas de governo dos candidatos que concorreram ao segundo turno presidencial de 2002 mostra-se importante tendo em vista que tal reflexão contribui para traçar um panorama das mobilizações em torno de posicionamentos e pensamentos políticos bem como da construção de projetos de governo para o Brasil. É possível notar também que propostas partidárias e/ou de coligações possuem expectativas de se tornarem programas de governo, ou seja, há expectativa do partido de chegar ao poder, e, no intuito de se manter no poder, transformar tais propostas em efetivos programas de governo. Nota-se que a complexidade dos processos históricos no Brasil produz vasta e diversificada área de investigação historiográfica.

Diante do exposto acima, é possível compreender este estudo como uma abordagem de história política inserida no tempo presente visto que a autora encontra-se inserida na mesma temporalidade de suas fontes e de seus objetos. Ou seja, é contemporânea do tempo em foram apresentados os programas de governo dos candidatos que chegaram ao segundo turno das eleições presidenciais brasileiras.

1. De 1989 a 2002: a construção do cenário eleitoral e dos programas políticos

Inicialmente, para tratar das eleições presidenciais de 2002 é preciso retornar ao final da ditadura militar, em um período que ficou conhecido como Nova República. A partir de então, o Brasil passou por uma eleição indireta para presidente da república em 1985 e por eleições presidenciais diretas nos anos de 1989, 1994, 1998 e 2002. É importante observar que Lula, sempre filiado ao PT, foi candidato à presidência do país em as quatro eleições da conjuntura histórica em tela.

Em 1989, em um cenário de baixa coalização partidária, Lula disputou o segundo turno com Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), obtendo 44,23% dos válidos enquanto Collor totalizou 49,94%. O governo Collor foi marcado por sucessivas crises que culminaram na sua renúncia e na posse de seu vice, Itamar Franco (PRN). Já no governo Itamar foi elaborado o Plano Real com vistas a controlar a inflação e estabilizar a economia.

No ano de 1994, o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC) candidatou-se às eleições pelo PSDB, vencendo em primeiro turno com 55,22% dos votos válidos, sendo Lula o segundo colocado com 27,04%. A seguir, a campanha de 1998 teve com foco a estabilidade econômica. FHC empreendeu uma campanha na qual o argumento da internacionalização do mercado era forma de explicar os pífios resultados apresentados pela economia brasileira (RENNO, 2006), sendo reeleito em primeiro turno, com 53,06% dos votos válidos enquanto Lula alcançou 31,71% dos votos válidos. Interessante é o relato que Perry Anderson faz dos 8 anos de governo de FHC:

[...] Houve avanços na área social e administrativa. O aparelho do Estado passou por uma modernização genuína, sob alguns aspectos, tornando-se menos opaco e mais eficiente. [...] Seria um erro menosprezar esses avanços. Mas eles são muito modestos quando comparados à escala dos danos provocados pelas políticas macroeconômicas do governo. A característica que define o governo de FHC tem sido o neoliberalismo light, do tipo que predominou nos anos de 1990. [...] A conquista da qual o governo mais se orgulha, a estabilidade monetária, está em ruínas. (ANDERSON apud XAVIER, 2004)

Em 2002, as eleições foram decididas em segundo turno. Este é o marco temporal desta comunicação. As candidaturas que chegaram ao segundo turno foram a de Serra, do PSDB e a de Lula, do PT, que venceu as eleições com 61,27% dos votos válidos enquanto que o candidato governista somou 38,72%.

É interessante notar que o cenário político da eleição em tela é diferente das anteriores tendo em vista que o país, após período de relativa estabilidade, enfrentava grave crise econômica e havia, por parte de investidores, certo temor de uma possível ascensão de um candidato mais próximo à esquerda, conforme aponta o jornal americano *The New York Times* ao avaliar que a vitória do ex-líder sindical, surtirá efeitos no exterior bem como em toda a América Latina, “além de assustar mercados

internacionais”. O britânico *The Guardian* observa a eleição de 2002 como a primeira na qual um líder de origem popular chegar ao poder em 502 anos. (FOLHA ONLINE: 2002) Já o argentino *El Clarín* afirma que a vitória de Lula é “um basta na região latino-americana em relação ao discurso neoliberal e uma ferramenta importante para negociar a ALCA com os Estados Unidos”. (FOLHA ONLINE: 2002).

Nesse ponto, o discurso de Luiz Inácio Lula da Silva, enquanto candidato e no que diz respeito à Área de Livre Comércio das Américas, adota o mesmo entendimento do economista Celso Furtado, compreendendo o risco de ocorrer uma “recolonização econômica”, sendo, conforme a declaração dada durante a sua campanha, “uma proposta de anexação, não de integração” (MAGNOLI: 2004, 282). O cenário da região latino-americana, à época, evidenciava-se pela crise do neoliberalismo bem como a ascensão de governos de centro-esquerda ou nacionalistas como Hugo Chávez, na Venezuela e Néstor Kirchner, na Argentina. (MARTINS: 2004, 31-51)

Nessa conjuntura, os programas de Lula e de Serra estão definidos em dois projetos de governos diferentes no que tange aos seus principais pontos. O programa de governo de José Serra, intitulado de *Plano Social*, tem como linhas chaves a intenção de promover na esfera social o que ocorreu na esfera econômica com o Plano Real. A respeito das privatizações, que foram marcas do antecessor, Serra faz menção a elas ao salientar que no governo de FHC ocorreu o alargamento dos objetivos da política social com a criação de programas “[...] descentralizando a execução, buscando parcerias com a sociedade organizada e com o setor privado, e fazendo os recursos chegarem diretamente às família e comunidades carentes”, conforme expresso em seu programa de governo. Já no que concerne ao cenário internacional, a perspectiva econômica é de relações comerciais sem protecionismo, conforme pode ser depreendido das entrelinhas do item 10, intitulado *Um projeto chamado Brasil*, de seu programa de governo:

[...] o Plano Social, que vai fazer pelas pessoas o que o Plano Real fez pela economia; a segurança contra o crime e a violência; a aceleração do crescimento com estabilidade para aumentar as oportunidades de trabalho e os recursos destinados ao Plano Social; [...] uma atuação diplomática firme pela paz, pelo desenvolvimento e pelo comércio sem protecionismo. Essas mudanças não são peças desconexas. O Brasil pode e deve transformar-se numa das nações proeminentes do mundo no século 21, para o bem de seu povo e para a construção de uma ordem internacional pacífica, multilateral e mais justa.

Já do programa de governo de Lula é possível inferir, *a priori*, uma maior ênfase na sociedade, em metas de crescimento econômico e de superação das desigualdades. Fala-se em “modelo de desenvolvimento alternativo” que tem por base o social, conforme consta no item *Um Brasil para todos: crescimento, emprego e inclusão social* de seu programa de governo:

Para mudar o rumo do Brasil será preciso um esforço conjunto e articulado da sociedade e do Estado. Esse é o único caminho para pôr em prática as medidas voltadas ao crescimento econômico, que é fundamental para reduzir as enormes desigualdades existentes em nosso País. A implantação de um modelo de desenvolvimento alternativo, que tem o social por eixo, só poderá ter êxito se acompanhada da democratização do Estado e das relações sociais, da diminuição da dependência externa, assim como de um novo equilíbrio entre União, estados e municípios. Da mesma forma, o estabelecimento de segurança e paz para a cidadania, da plena defesa da integridade territorial e de uma orientação externa que permita a presença soberana do País no mundo são condições necessárias para a construção de um Brasil decente.

A vitória Lula foi marcada por propostas diferentes das outroras apresentadas. É um discurso que combina a manutenção de contratos com propostas de geração de empregos. Cabe destacar que as proposições apresentadas por Lula em 2002 ganharam contornos mais próximos de um projeto social democrata, diferenciando dos seus projetos anteriores. Até mesmo a escolha de seu vice, o empresário José Alencar está inserida na proposta de articular a sua credibilidade perante setores sociais mais conservadores da sociedade brasileira.

No que tange aos comportamentos sociais cabe ressaltar que os mesmos encontram-se diretamente relacionados ao local de fala do sujeito histórico. No caso da presente reflexão, os candidatos, Serra e Lula, e os segmentos políticos que representam. Michel de Certeau, ao explicar a respeito do lugar social, demonstra que ele estará diretamente ligado à vivência, à experiência de vida e mostra como ele reflete na pesquisa histórica:

Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam. (CERTEAU, 2010: 66-67)

Nesse diapasão, quando se observa o local de fala de Luiz Inácio Lula da Silva, ou seja, sua vivência desde a sua origem humilde, marcada pelas necessidades da região onde nasceu, como a fome e a falta de água é possível encontrar indícios da manifestação de sua experiência de vida em seu programa de governo. Do mesmo modo, a experiência na área econômica, com mestrado e doutorado, refletiu no modo de apresentação do projeto político de José Serra.

Dessa feita, o estudo dos programas de governo dos candidatos à presidência do Brasil no ano de 2002 encontra-se inserido em um contexto macro, que encontra fundamento para sua análise nas proposições da nova história política. Não se trata de construir uma análise factual e tão pouco uma síntese da evolução das eleições. Trata-se, mais, de compreender a sociedade brasileira por meio de uma análise social corroborada pela afirmação de Hebe Castro que afirma: “deste ponto de vista, não apenas as representações, mas também as ações sociais são “textos”, passíveis de serem culturalmente interpretados, o que determina um especial interesse do ponto de vista da análise social” (CASTRO, ANO: 52).

A possibilidade de constantemente ser reescrito é outra característica do tempo presente. No dizer de François Bédarida, “a história do tempo presente é feita de ‘moradas provisórias’, para retomar a expressão de Santo Agostino. Sua lei é a renovação. Seu *turnover* verifica-se muito rapidamente” (BÉDARIDA *apud* AMADO; FERREIRA, 2006: 15).

Salientar a importância do estudo dos programas de governo apresentados nas campanhas eleitorais de 2002, que se encontram inseridas na história do tempo presente também se faz necessário. Conforme afirma René Rémond:

A campanha é parte integrante de uma eleição, é o seu primeiro ato. Não é apenas a manifestação das preocupações dos eleitores ou a explicação dos programas dos candidatos e dos temas políticos, é a entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião. Sobretudo, ela modifica a cada dia as intenções e talvez a relação de forças. Não seria, pois desinteressante prestar atenção a esses diversos aspectos e reconstituir o desenrolar circunstancial de algumas campanhas. (RÉMOND, 2003: 49)

Destaca-se a importante influência que a imprensa, seja audiovisual ou escrita, no contexto das eleições presidenciais brasileiras, tendo em vista que é por tal veículo que os brasileiros nos mais distantes rincões podem ter acesso à figura do candidato e às

suas propostas. Assim, essa influência se exerce por meio do local de fala que o mesmo ocupa e a forma como tal local será significado para o público que também é eleitor. Nestes termos, esclarece Jean-Noël Jeanneney:

Assim é que existe uma influência específica do rádio e, sobretudo, da televisão, na vida política, influência na qual nem sempre se pensa, pois ela escapa ao mesmo tempo ao imediato e ao intencional: é aquela que poder dos microfones e das câmeras exerce sobre os modos de expressão dos atores. A eloquência dos políticos foi certamente modificada por isso – a forma, a expressão, o vocabulário e a sintaxe, e talvez também seu gestual, sua maneira de vestir e de se mover. (JEANNENEY in RÉMOND, 2006: 221)

Para compreender o processo histórico dos projetos para o Brasil presentes nos programas de governo de José Serra e Luiz Inácio Lula da Silva é necessário analisar o conjunto de fatores que possibilitaram a chegada desses dois candidatos ao segundo turno das eleições presidenciais de 2002 bem como a conjuntura na qual se deu a elaboração de seus respectivos programas de governo.

Esse passado tão recente, aqui compreendido como tempo presente, será apreendido conforme o agir dos caçadores citados em Carlo Ginzburg – decifrando-o, para que seja possível “remontar uma realidade” (GINZBURG, 1989: 152-153). Não é, pois, a mera construção da realidade visto que a história é compreendida como um “processo contínuo de interação entre historiadores e seus fatos, um diálogo interminável entre passado e presente” (CARR, 2006: 65).

Destarte, as fontes fornecem informações e discursos de seu próprio tempo e estão inseridas em uma lógica própria, possuindo significado próprio, assim como o historiador, que se encontra inserido em temporalidade, e, no trabalho em tela, é contemporâneo de seu objeto. Logo, o seu conhecimento sobre o passado encontra-se em constante modificação, tendo em vista a forma como se volta para o passado a partir do olhar do tempo presente (BLOCH, 2001: 75).

2. As expectativas que constituem os programas de governo de José Serra e Luiz Inácio Lula da Silva

Para refletir a respeito de programas de governo é relevante compreender os lugares de falar ocupados pelos candidatos bem como seus espaços de experiência e seus horizontes de expectativa.

O lugar social é compreendido na perspectiva adotada por Michel de Certeau. Nesse sentido, é possível apreendê-lo como o conjunto de experiências tanto pessoais quanto profissionais que contornam a realização da prática historiográfica. Tal entendimento foi formulado no âmbito do trabalho realizado por aquele autor. Contudo, nada impede que tal compreensão seja aplicada à construção dos programas de governo em uma perspectiva teórica.

Já o espaço de experiência e o horizonte de expectativas são categorias elaboradas por Koselleck que possuem uma aplicação metodológica. O espaço de experiência pode ser compreendido como a relação de cada sujeito com o seu passado. Dessa forma, as ações empreendidas no presente são norteadas pelo espaço de experiência de cada qual. Contudo, todo conceito, sujeito histórico, fonte, objeto, temporalidade não são formados apenas pelo espaço de experiência, encontram-se também informados por outra categoria, o horizonte de expectativa.

O horizonte de expectativa é compreendido por Koselleck como a relação com o seu futuro. É observado, de forma simplificada, em sentido de esperança, ou seja, espera-se algo no futuro. É possível notar que assim como o espaço de experiência, o horizonte de expectativa também é socialmente e culturalmente construído.

Em face do abordado acima, o entendimento desse autor pode ser expandido para a compreensão dos programas de governo estudados. Logo, é possível inferir, de forma indiciária, que os programas de governo apresentados por José Serra e Luiz Inácio Lula da Silva são construídos e informados pelos espaços de experiências e pelos horizontes de expectativas de ambos os candidatos.

O espaço de experiência que media a formulação das propostas de governo de José Serra pauta-se, entre outras coisas, na sua experiência na área econômica, na militância política e na ocupação de cargos no Poder Executivo. Nota-se, ainda, que seu espaço de fala é o de um candidato da situação, tendo em vista ser o presidente do Brasil, à época, filiado ao seu partido. Nesse sentido, seu programa também se ocupa em elaborar a continuidade dos programas adotados por Fernando Henrique Cardoso, na tentativa de torná-los efetivos programas de Estado. No que diz respeito ao horizonte de expectativa imediato, encontra-se a vitória eleitoral.

Em relação ao lugar social ocupado por Luiz Inácio Lula da Silva, é possível perceber que seu lugar no cenário de candidatura às eleições presidenciais é construído

desde meados dos anos 1980. Historicizar tal construção é, pois, fundamental para a compreensão das propostas constantes em seu programa de governo.

Nota-se que Lula figurou como candidato em todas as eleições, do período inicial da Nova República até aquele contexto. Lula, oriundo dos movimentos sindicais, passa de uma postura esquerdizante de 1989 à adoção de um discurso moderado em 2002. Isto pode ser compreendido quando se nota a construção do seu espaço de experiência. Derrotado nas eleições presidenciais anteriores, seu discurso, antes socialista, em 1989, passa ser de crítica à política monetária, em 1998, e, em 2002, caminha para a manutenção de contratos, do qual a escolha de seu vice, o empresário José Alencar, é forma de representação dessa mudança para um discurso de viés moderado.

É possível observar, ainda, que as propostas de Lula pautam-se na elaboração de programas de governo que visem setores carentes da população. São propostas voltadas para a geração de empregos, combate à fome e incentivo à educação. Dessa observação podem ser inferidos os contornos do lugar social do candidato. Para isso, basta relembrar a sua origem no sertão pernambucano, privado de condições mínimas de sobrevivência.

É importante ressaltar que os programas de governo não são construídos apenas em face das experiências dos candidatos. São propostas que se encontram envoltas em micro relações de poder delineadas entre: o candidato e o partido, o candidato e a coligação, a coligação e o partido, o candidato e a imprensa, o candidato e os eleitores, entre outros. São, pois, essas diversas interações que norteiam a elaboração desses programas de governo.

3. Considerações finais

Ressalta-se que a comunicação apresentada é uma reflexão acerca de tais programas de governo. Nesse sentido buscou-se observar aspectos que fornecem indícios de suas construções. Logo, para tal estudo, as propostas advindas dos autores aqui mencionados mostram-se como fundamentais. Analisar os programas de governo considerando lugar de fala, espaço de experiência e horizonte de expectativa contribui para a compreensão da história política recente do Brasil visto que tal estudo possibilita

compreender a dinâmica do cenário social, político e cultural brasileiro envolto no tempo presente. Além disso, há a real possibilidade de ter um confronto direto dos resultados obtidos com os sujeitos investigados. Esta instigante oportunidade é uma das possibilidades trazidas quando se recorta a temporalidade presente como marco de pesquisa.

Referências

ALBUQUERQUE, Afonso (Org.). *Brasil: comunicação e cultura política*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CARR, Edward Hallet. *Que é História?* 9ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2006.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*. Lisboa: Bertrand Brasil, 1993.

FERREIRA, Marieta. *História do tempo presente: desafios*. Petrópolis: Cultura Vozes, v. 94, n. 3, maio/jun. 2000.

FOLHA ONLINE. Com Lula, Brasil tenderá à “terceira via”, diz jornal europeu. **Folha Online**, São Paulo, 27 out. 2002. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41448.shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

_____. **Eleição** de Lula é um basta no discurso neoliberal, diz “Clarín”. **Folha Online**, São Paulo, 28 out. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41725.shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

KINZO, Maria D'Alva G. *A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição*. São Paulo Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 4, Dec. 2001.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos Problemas*. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976.

MAGNOLI, Demétrio. *O mundo contemporâneo*. São Paulo: Atual, 2004.

MARQUES, Adhemar, BERUTTI, Flávio e FARIA, Ricardo. *História do Tempo Presente*. São Paulo: Contexto, 2003.

MARTINS, Carlos Eduardo. A conjuntura contemporânea e o sistema mundial: os desafios da América Latina para o século XXI in: Países emergentes e os novos caminhos da modernidade. UNESCO, v. 1, p.31-51. Ed. Brasília.

PORTO, Gilson. *História do Tempo Presente*. São Paulo: EDUSC, 2007.

RÉMOND, RENÉ (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RENNO, Lucio; SPANAKOS, Anthony P.. Fundamentos da economia, mercado financeiro e intenção de voto: as eleições presidenciais brasileiras de 1994, 1998 e 2002. Dados, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, 2006.

Revista Agora. *A Revista da História do Tempo Presente*. ISSN: 1982-209X

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. *A atualidade da história do tempo presente*. Revista Historiar, ano I, n. 1, 2009.

SIRINELLI, J, Ideologia, tempo e história, in CHAUVEAU, A., TÉTART, P. *Questões para a história do presente*, Bauru, SP: EDUSC, 1999.

XAVIER, Ubiran. Lula paz e amor: a estratégia da elite para manter-se hegemônica. Revista Espaço Acadêmico, nº 32, Janeiro, 2004. Disponível em